

## ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2012

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela legislação vigente e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.504/97, alterada pela Lei nº 12.034/2009 e na Lei Complementar Federal nº 64/90, que determinam as condutas a serem observadas em face das eleicões.

CONSIDERANDO a Recomendação nº. 009/2012 do Ministério Público Eleitoral.

CONSIDERANDO a necessidade de o Executivo bem orientar os seus servidores para a fiel observância da legislação eleitoral com vista a assegurar igualdade de tratamento entre todos os que concorrem ao pleito do ano 2012.

## **DETERMINA:**

## Art. 1º - É expressamente vedado aos agentes públicos:

- I) afixar ou permitir a afixação de material que veicule propaganda eleitoral em todo e qualquer órgão e entidade da Administração Direta ou Indireta do Município.
- II) distribuir ou permitir a distribuição, no âmbito das repartições públicas municipais, de material que veicule propaganda de candidato, partido político ou coligação, bem como o depósito deste material, ressalvada quando ocorrer a hipótese do artigo 4º desta Ordem de Serviço.
- III) transportar, nos veículos oficiais, próprios, locados pelo Município, ou provenientes de convênios ou contratos com outros níveis do poder público ou com entidades de caráter privado que sirvam, a qualquer título, à Administração Municipal, material que veicule propaganda eleitoral de candidatos, partidos políticos ou coligações.
- IV) ceder ou usar, em benefício de candidato, partido político ou coligação, bens móveis ou imóveis pertencentes à Administração Direta ou Indireta, ressalvada a realização de convenção partidária.
- V) usar em benefício de candidato, partido político ou coligação, materiais ou serviços, custeados pela Administração Pública, que excedam as prerrogativas consignadas nos regimentos e normas dos órgãos que a integram, tais como INTERNET, correio eletrônico, fax, telefone, cópias reprográficas e demais equipamentos públicos.
- VI) ceder servidor ou empregado da Administração Direta ou Indireta Municipal, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou empregado estiver licenciado.
- § 1º Inclui-se na proibição do *caput* deste artigo a utilização, por servidores públicos, de camisetas, faixas ou quaisquer outras vestes, adereços e materiais que envolvam propaganda ou atividade político-partidária nos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município.



- § 2º A vedação de atividades político-partidárias e de propaganda eleitoral abrange tanto os setores e espaços destinados ao atendimento externo, como também aqueles destinados aos serviços internos dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município.
- § 3º A infringência ao disposto neste artigo deve ser comunicada à chefia imediata, que adotará as medidas cabíveis.
- **Art. 2º** As solicitações de informações provenientes da Justiça Eleitoral deverão ser encaminhadas a Secretaria-Geral de Governo, sendo vedadas as respostas diretas sem a intervenção do referido órgão.
- **Art. 3º** As informações relativas a serviços e documentos públicos serão fornecidas aos partidos políticos inscritos no pleito de 07 de outubro, mediante solicitação por meio de oficio do partido político interessado.
- **Parágrafo único** As solicitações referidas no *caput* deste artigo recebidas pelos órgãos e entidades da Administração Pública serão encaminhadas a Secretaria-Geral de Governo que diligenciará para seu pronto atendimento, requisitando as informações dos órgãos competentes.
- **Art. 4º** É autorizado aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Município receber em visita os candidatos devidamente registrados conforme a legislação, desde que previamente agendados pelo partido ou coligação que representem.

**Parágrafo único** - A solicitação deverá ser encaminhada por escrito à direção do órgão ou entidade a ser visitada no mínimo 05 (cinco) dias úteis antes da data desejada para a realização da visita, discriminando horários e locais pretendidos.

Art. 5° - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA ROSA, EM 02 DE MAIO DE 2012.

ORLANDO DESCONSI Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

Luciene Pires Schröder Secretária de Administração